

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA – EDITAL Nº 01/2016

PROVA DISSERTATIVA – CONTROLADOR INTERNO

ESPELHO DE QUESTÕES - RESPOSTA ESPERADA

1. Discorra acerca do Princípio Orçamentário da Unidade, constante no artigo 2º da Lei n.º 4.320/64.

Resposta Esperada:

Conhecido como Unidade (ou Totalidade) diz que todas as receitas e despesas da administração pública dos órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social devem estar contidas em apenas um documento denominado Lei do Orçamento. As propostas orçamentárias de todos os órgãos e Poderes devem estar contidas em apenas uma lei orçamentária, mesmo considerando a independência dos Poderes ou autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

2. Discorra acerca do Princípio Orçamentário da Universalidade, constante no artigo 2º da Lei n.º 4.320/64.

Resposta Esperada:

Dispõe que no orçamento deve constar todas as despesas fixadas e receitas previstas a serem arrecadadas, permitindo, não apenas, mas também ao legislativo conhecer previamente as receitas e despesas do governo.

3. Discorra acerca do Princípio Orçamentário da Anualidade, constante no artigo 2º da Lei n.º 4.320/64.

Resposta Esperada:

Também conhecido como princípio da periodicidade, diz que o orçamento deve ser elaborado para um determinado período – no Brasil, um ano. Portanto, a autorização legislativa para realização de despesa pública deve ser renovada a cada ano (exercício financeiro, que deve coincidir com o exercício civil).

4. Discorra acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual.

Resposta Esperada:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece metas e prioridades e tem como principal objetivo orientar a elaboração da LOA (Lei Orçamentária Anual). A LDO é o elo entre o PPA e a LOA.

O Plano Plurianual é o plano estratégico com duração de 4 anos, sendo de médio prazo e tem por finalidade estabelecer de forma regionalizada as Diretrizes, Objetivos e Metas.

A Lei Orçamentária Anual é o orçamento propriamente dito e tem como finalidade prever a arrecadação e fixar a despesa para o período de um ano, dando transparência as contas públicas e a finalidade do gasto.